

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

**DADOS GERAIS**

Local: On-line

Data: 30/11/2022

Horário: 9h15

Participantes: Conforme lista de presença em anexo

Aprovação: Aprovada na 69ª AGO, realizada no dia 29/03/2023

**PAUTA**

1. Aprovação da Minuta da Ata da 67ª Assembleia Geral Ordinária;
2. Entrega da minuta de revisão do Regimento Interno e apresentação de aspectos importantes do processo de construção do documento;
3. Apresentação do SAMGE/RAPPAM;
4. Discussão e aprovação dos planos de ação das câmaras temáticas;
5. Atualização sobre as atividades realizadas pelas câmaras temáticas;
6. Informes gerais.

**ATA**

- 1 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, o  
2 servidor Oseias Cordeiro Sartori, que substituiu a presidente Sônia Maria Sfair  
3 Kinker, deu as boas-vindas aos participantes da 68ª Assembleia Geral Ordinária do  
4 Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral e  
5 lembrou da necessidade de aguardar o quórum para o início da assembleia.  
6 Passados quinze minutos, o quórum foi alcançado e a assembleia teve início,  
7 seguida de uma rodada de apresentações. Na sequência, foi apresentada a pauta  
8 com os seguintes pontos: 1. Aprovação da Minuta da Ata da 67ª Assembleia Geral  
9 Ordinária; 2. Entrega da minuta de revisão do Regimento Interno e apresentação  
10 de aspectos importantes do processo de construção do documento; 3.  
11 Apresentação do SAMGE/RAPPAM; 4. Discussão e aprovação dos planos de ação  
12 das câmaras temáticas; 5. Atualização sobre as atividades realizadas pelas  
13 câmaras temáticas; 6. Informes gerais. Na sequência, Oseias propôs um acordo de  
14 convivência, aceito pelos participantes. Passando para o **primeiro ponto de pauta**,  
15 referente à aprovação da minuta da ata da 67ª AGO, o servidor informou que não  
16 havia recebido sugestões de alterações no documento. Então perguntou se alguém

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

17 teria alguma observação sobre o conteúdo do documento. Não havendo, a minuta  
18 foi colocada em votação e aprovada. Passando para o **segundo ponto de pauta**,  
19 referente à apresentação de aspectos importantes do processo de construção da  
20 minuta de revisão do Regimento Interno (RI), Oseias iniciou falando que se tratava  
21 de uma antiga demanda do conselho. Disse que no ano de 2014 havia sido formado  
22 um GT, que teve as suas atividades descontinuadas. Mais recentemente, no ano  
23 de 2021, o GT havia sido retomado, tendo iniciado as atividades no ano de 2022.  
24 Dito isso, convidou o conselheiro Nelson Brügger, representante da FGM, para  
25 apresentar um breve histórico sobre o GT, visto que o referido conselheiro havia  
26 participado dos dois grupos. Nelson iniciou suas considerações fazendo um  
27 agradecimento pela oportunidade de ter integrado os dois grupos e, com isso,  
28 oferecido as contribuições da FGM ao processo. Fazendo alusão ao GT formado  
29 em 2014, disse que naquele período havia um RI preparado em 2008, com uma  
30 realidade contextual que já se mostrava bastante diferente. Havia uma dificuldade  
31 em relação ao quórum, pois o RI especificava as instituições que integram o  
32 conselho. Outro desafio enfrentado consistia na realização das reuniões do GT, que  
33 eram presenciais. Na oportunidade, Nelson lembrou de duas pessoas que tiveram  
34 uma atuação importante no processo e a elas manifestou o seu agradecimento:  
35 Sabrina da Rosa Pereira, à época representante da APCE (Praia Grande), e  
36 Eduardo de Souza Bernardino, à época representante da agência Aparados da  
37 Serra (Cambará do Sul). Contudo, destacou os desafios enfrentados em função de  
38 mudanças na presidência do ICMBio e na gestão dos Parques Nacionais Aparados  
39 da Serra e Serra Geral, assim como mudanças de entendimento sobre a  
40 necessidade do processo de revisão do RI. Segundo o conselheiro, essas  
41 configurações da realidade influenciaram fortemente a descontinuidade do  
42 trabalho. Quando passou a discorrer sobre a retomada do GT, Nelson apontou as  
43 dificuldades com o alcance do quórum e a concessão dos parques nacionais como  
44 elementos influenciadores desse processo. Em seguida, destacou as bases de  
45 consulta, mencionando documentos (RI, Proposta de 2014 e Proposta do ICMBio)  
46 e marcos legais acessados (Constituição Federal, Lei do SNUC, Decreto de  
47 Regulamentação do SNUC, Lei de Acesso à Informação e Regimento do  
48 CONAMA), fazendo breves justificativas sobre a escolha de cada base de consulta.  
49 Após a fala do Nelson, Oseias comentou sobre a proposta do ICMBio para a

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

50 construção de regimentos internos, a frequência dos integrantes do GT às reuniões,  
51 a proposta de sigla para o nome do conselho e os títulos de cada capítulo da minuta  
52 do RI. Com a palavra, o conselheiro Nelson ressaltou que o conselho é um espaço  
53 da sociedade, não estando, portanto, subordinado ao ICMBio. Avançando rumo às  
54 definições propostas na minuta do RI, o conselheiro Joares Recco Furlanetto,  
55 representante da ATP, destacou as definições consideradas importantes para o  
56 funcionamento do conselho: instituição-membro, conselheiro(a), plenária, portaria  
57 de modificação do conselho e termo de homologação. Em relação às ideias  
58 principais aplicadas à minuta, Nelson abordou o quórum, consenso/colaboração, a  
59 valorização da pluralidade, o funcionamento do conselho, a otimização de vagas e  
60 a ponderação de marcos legais contraditórios, fazendo comentários sobre cada  
61 ideia. Em seguida, Nelson discorreu sobre a proposta de análise e aprovação do  
62 documento. Disse que o tempo de apresentação na assembleia estava sendo  
63 utilizado para falar sobre como se deu o trabalho de construção da minuta e os  
64 elementos principais considerados. Segundo a proposta, após a assembleia os  
65 conselheiros receberiam a minuta e teriam até o dia 15/02/2023 para fazer  
66 contribuições, devendo, para isso, apontar o ponto exato que desejassem alterar o  
67 documento e justificar a sugestão de mudança, a fim de que todos pudessem  
68 entender as motivações que ensejaram cada contribuição. Findado o prazo limite  
69 para as contribuições, o GT deverá se reunir para compilar as propostas,  
70 preparando a minuta para a discussão na 69ª AGO, prevista para o dia 29/03/2023.  
71 Terminada a apresentação, Oseias perguntou se alguém teria alguma pergunta ou  
72 comentário a fazer sobre a construção da minuta do RI. Com a palavra, o  
73 conselheiro Vilson Omar da Silva, representante da Associação Remanescente de  
74 Quilombo São Roque, aproveitou o momento para propor que o conselho visitasse  
75 as comunidades que têm relação com os parques, mencionando como exemplo a  
76 Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque. A ideia seria tornar a  
77 realidade das comunidades mais conhecida pelos conselheiros, a fim de subsidiar  
78 os debates sobre as referidas unidades de conservação. Sobre a fala do  
79 conselheiro Vilson, Oseias mencionou a possibilidade de realização de uma  
80 assembleia presencial na Comunidade São Roque e sugeriu que essa demanda  
81 fosse discutida numa próxima assembleia do conselho. Fazendo uso da palavra, o  
82 conselheiro Pablo Cesar Lehmann Albornoz, representante da PUC-RS, propôs

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

83 que fosse dedicado todo o tempo de uma assembleia para a apreciação do RI. Com  
84 a palavra, o conselheiro Nelson propôs que fosse colocado em votação o  
85 cronograma proposto pelo GT. A proposta foi colocada em votação e aprovada.  
86 Passando para o **terceiro ponto de pauta**, referente à apresentação do SAMGE e  
87 do RAPPAM, a servidora Eridiane Lopes da Silva (ICMBio) começou falando sobre  
88 as duas ferramentas. Disse que se tratam de ferramentas de análise e  
89 monitoramento da gestão das unidades de conservação. O RAPPAM avalia os  
90 últimos cinco anos e permite a análise de alguns cenários futuros, enquanto o  
91 SAMGE é utilizado para avaliação anual de cada unidade de conservação.  
92 Começando pelo SAMGE, disse que a ferramenta analisa a efetividade da gestão  
93 a partir de uma adaptação de indicadores globais de efetividade, com foco em (a)  
94 resultados, (b) produtos e serviços, (c) contexto, (d) planejamento, (e) insumos e (f)  
95 processos, analisados sob dois recortes: (i) impacto territorial decorrente da política  
96 pública e (ii) análise dos instrumentos de gestão. A servidora também mencionou  
97 que uma das propostas do SAMGE é aproximar a sociedade da gestão das áreas  
98 protegidas. Sobre a forma de preenchimentos do Sistema SAMGE, afirmou que se  
99 trata de uma interrelação entre os principais recursos e valores que justificam a  
100 criação e existência das unidades de conservação, os usos que a Sociedade fez  
101 desses recursos e valores no último ano, e as ações de manejo e gestão do órgão  
102 ambiental para a manutenção desses recursos e valores. Para facilitar o  
103 entendimento dos participantes da assembleia, Eridiane apresentou breves  
104 informações sobre o Parque Nacional Aparados da Serra. Retornando ao SAMGE,  
105 falou sobre os sete passos para o preenchimento deste sistema. Passando mais  
106 rapidamente pelos primeiros cinco passos, explicou que o primeiro se refere aos  
107 dados da unidade de conservação, o segundo trata dos objetivos da unidade de  
108 conservação e prioriza os recursos e valores que justificam a criação e existência  
109 do Parque Nacional, o terceiro aborda os usos no último ano, o quarto envolve as  
110 ações planejadas/realizadas pelo órgão gestor no último ano e o quinto relaciona  
111 as ações com os usos. Nos comentários sobre os cinco primeiros passos  
112 mencionados, a servidora se deteve um pouco mais nos quinze objetivos  
113 específicos de manejo do PARNA Aparados da Serra, conforme constam no Plano  
114 de Manejo. A partir do sexto passo, a servidora se deteve um pouco mais em cada  
115 slide ~~compartilhando~~, destacando cada recurso e valor constante no SAMGE, as

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

116 ações de manejo relacionadas com cada recurso e valor, e os usos específicos  
117 relacionados com cada recurso e valor. Os recursos e valores apresentados foram:  
118 (i) espécies ameaçadas, raras, endêmicas e/ou migratórias (Ex.: Araucária, Veste-  
119 Amarela *Xanthopsar flavus*, Sapinho-da-barriguinha-vermelha *Melanophrinyscus*  
120 *cambarensis*, etc); (ii) floresta com araucária (F.O.M.); (iii) floresta ombrófila densa  
121 (SC); (iv) campos de altitude; (v) mata nebulosa; (vi) integridade da paisagem natural  
122 (bordas de cânion, coxilhas com campo nativo, capões de mata com araucária);  
123 (vii) formação geomorfológica especial (Ex.: Cânion Itaimbezinho); (viii) paisagem  
124 de beleza cênica excepcional (Ex.: Cânion Itaimbezinho); (ix) sistemas hídricos  
125 (Cachoeira das Andorinhas, Cachoeira Véu de Noiva, Cachoeira Leite Moça,  
126 corredeiras do Rio do Boi); nascentes do Arroio Perdizes, Rio do Boi, Facão e  
127 Faxinalzinho (BH Mampituba); do Rio Camisas e Rio Camarinhas (BH Taquari-  
128 Antas); (x) recreação e desenvolvimento socioeconômico associado (Trade  
129 turístico fortalecido com operação de passeios pelas Trilhas no Cânion  
130 Itaimbezinho); (xi) áreas naturais para sensibilização ambiental (Ex.: florestas com  
131 araucárias, matas nebulares, rios de águas cristalinas, campos naturais de altitude);  
132 e, (xii) relacionamento com a sociedade (Ex.: Conselho dos Parques, Redes Sociais  
133 dos Parques, sinergia com associações e outras organizações do entorno). Em  
134 relação ao sétimo passo, Eridiane explicou que o sistema seleciona os 10  
135 processos principais ~~preenche~~ automaticamente com base nas informações  
136 fornecidas nos passos anteriores. Ela mencionou os principais processos  
137 desenvolvidos ao longo do último ano pela equipe do NGI Aparados da Serra Geral  
138 no Parque Nacional de Aparados da Serra (rotina administrativa, proteção,  
139 regularização fundiária, avaliação de impactos ambientais, uso público e turismo,  
140 consolidação de limites, educação ambiental, comunicação e articulação), a  
141 governabilidade da equipe local sobre cada processo, o apoio recebido de outras  
142 instâncias do ICMBio, o esforço empregado empregado pelo NGI na gestão de  
143 cada processo, a consolidação de cada processo e a avaliação do processo. Em  
144 seguida, Eridiane falou dos resultados da avaliação, onde fica evidenciado uma  
145 reduzida efetividade no que tange os resultados, produtos e serviços, contexto e  
146 processos, um planejamento não efetivo e uma alta efetividade em termos de  
147 insumos para o caso do PARNA Aparados da Serra e que, conforme cálculo  
148 automático feito pelo SAMGe, o Parque Nacional de Aparados da Serra apresenta

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

149 uma MODERADA EFETIVIDADE DE GESTÃO. Concluída a explanação sobre o  
150 SAMGE, Eridiane passou a discorrer sobre o RAPPAM, dizendo que se trata de um  
151 questionário disposto numa plataforma online e que, ao final, gera relatórios em  
152 PDF. Quanto ao preenchimento, para cada questão a equipe precisa responder se  
153 foi atendida nos últimos cinco anos, se foi parcialmente atendida, parcialmente não  
154 atendida ou não atendida. O questionário reúne perguntas sobre o contexto da  
155 unidade de conservação, tratando da importância biológica e socioeconômica, além  
156 da vulnerabilidade. Então o questionário foca no planejamento, abordando os  
157 objetivos de gestão, o amparo legal para a proteção da unidade de conservação, e  
158 o desenho e planejamento da área da unidade de conservação. Na sequência,  
159 destaca questões relacionadas aos insumos, envolvendo recursos humanos,  
160 comunicação e informação, infraestrutura e recursos financeiros. No âmbito dos  
161 processos, abrange o planejamento da gestão, a tomada de decisão, e a pesquisa,  
162 avaliação e monitoramento. Há, também, um elemento denominado gestão da  
163 unidade. Após esse, o questionário aborda o conhecimento, perguntando sobre a  
164 educação ambiental, o manejo do fogo e a infraestrutura da unidade de  
165 conservação. Há, também, um segundo questionário que compõe o RAPPAM e é  
166 voltado à avaliação das pressões e ameaças sofridas pelas unidades de  
167 conservação nos últimos cinco anos e qual é a tendência quanto à probabilidade  
168 de continuidade ou não de cada pressão e ameaça. No caso do PARNA Aparados  
169 da Serra, foram avaliadas pressões e ameaças relacionadas aos temas: extração  
170 de madeira, agricultura e silvicultura, pastagem (plantada), ocupação humana,  
171 construção e operação de infraestruturas, caça, pesca, coleta de produtos não  
172 madeireiros, turismo e recreação, disposição de resíduos, espécies exóticas  
173 invasoras, uso dos recursos por populações residentes, incêndio de origem  
174 antrópica e influências externas. Concluída a apresentação, Eridiane disse que os  
175 conselheiros iriam receber os arquivos em formato PDF contendo os relatórios  
176 gerados. Fazendo uso da palavra, o conselheiro Nelson perguntou a que se referia  
177 a referência identificada como "ICMBio (2019)". Eridiane respondeu que se tratava  
178 da alteração pontual do Plano de Manejo. Então Nelson perguntou se a alteração  
179 do Plano de Manejo havia acontecido em período posterior às três oficinas sobre  
180 recursos e valores, realizadas com a participação do conselho. Diante da resposta  
181 afirmativa, Nelson disse que os resultados das oficinas não apareceram vinculados

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

182 aos produtos como o SAMGE e RAPPAM. Na oportunidade, também destacou um  
183 trecho do relatório do SAMGE que dizia ser desejável que os conselhos das  
184 unidades de conservação fossem envolvidos no preenchimento desse relatório.  
185 Com essa lembrança, destacou que talvez o ICMBio não tenha que “querer” que o  
186 conselho faça o que a instituição deseja. Ao invés disso, o conselho precisa ter  
187 espaço para querer coisas. Antes de finalizar a sua fala, o conselheiro chamou a  
188 atenção para as justificativas sobre a carência de mais servidores na equipe do NGI  
189 Aparados da Serra Geral. Segundo a perspectiva do conselheiro Nelson, essa  
190 realidade confronta uma estrutura de planejamento “sueca” e uma capacidade de  
191 execução brasileira. Assim, ocorre uma certa insistência num planejamento super  
192 sofisticado, mas em grande parte dissociado da capacidade de execução. Isso  
193 pode ocasionar frustração para os servidores que atuam nas pontas. Em sua  
194 resposta, Eridiane afirmou que, por se tratar de um relatório anual (no caso do  
195 SAMGE), a questão dos recursos e valores não explora tudo o que é possível sobre  
196 o tema. Com a palavra, o conselheiro Andrews, representante da ASG, iniciou suas  
197 considerações parabenizando os envolvidos com o preenchimento dos relatórios.  
198 Em seguida, manifestou a sua discordância com a metáfora do planejamento  
199 “sueco”. Segundo o conselheiro, o nível de efetividade mostrado no relatório  
200 apresentado evidencia que as dificuldades começam no planejamento. Dito isso,  
201 perguntou se haverá oportunidade em uma próxima assembleia para os  
202 conselheiros discutirem os relatórios apresentados. Então destacou que os parques  
203 existem há décadas e resultados como os apresentados não podem continuar  
204 sendo aceitos, havendo a necessidade de um salto de gestão. Na oportunidade,  
205 sugeriu que na próxima assembleia o ICMBio possa apresentar informações sobre  
206 a implantação do Plano de Manejo no que diz respeito ao uso público no Malacara,  
207 Índios Coroados e Borda Sul. Com a palavra, o conselheiro Michel Quadros Velho,  
208 representante da ACONTUR, disse que algumas de suas questões já haviam sido  
209 contempladas e gostaria de acrescentar à fala do Andrews, sobre a abertura ao uso  
210 público, a localidade conhecida como Serra da Pedra, que a ACONTUR não sabe  
211 se está liberada para visitação. O conselheiro também disse que tem notado nas  
212 discussões do conselho que quando se fala de preserva o, fala-se basicamente  
213 das áreas de uso público e essas áreas somadas não chegam a 4% dos parques.  
214 Assim, perguntou sobre como tem sido tratada as demais áreas. Aproveitando o

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

215 enejo, Michel perguntou quando o ICMBio realizou atividades de educação  
216 ambiental nas comunidades de entorno. Em resposta às interrogações, Eridiane  
217 disse que seria interessante que os conselheiros agendassem uma reunião com a  
218 chefia do NGI Aparados da Serra Geral para tratar das áreas do Malacara e do  
219 Índios Coroados. Sobre a Serra da Pedra, a servidora informou que a parte  
220 catarinense do cânion ainda não está regularizada. Com a palavra, Oseias  
221 comentou sobre as iniciativas de educação ambiental, dizendo que as poucas  
222 iniciativas se restringiram à elaboração de projetos e à celebração da semana do  
223 meio ambiente, envolvendo duas escolas do município de Cambará do Sul.  
224 Passando para o **quarto ponto de pauta**, referente à aprovação dos planos de  
225 ação das câmaras temáticas, Oseias disse que não havia recebido os referidos  
226 planos de ação e fez duas propostas ao conselho: estender mais uma vez o prazo  
227 ou retirar essa previsão do plano de ação do conselho. Com a palavra, o  
228 conselheiro Nelson disse que havia alertado o conselho de que essa previsão seria  
229 excessiva, dadas as dificuldades do atual momento, provocadas principalmente  
230 pela crise econômica e pela pandemia. Fazendo uso da palavra, Oseias disse  
231 entender que a proposta do Nelson propunha a alteração do plano de ação do  
232 conselho, retirando essa tarefa das câmaras temáticas. A proposta foi colocada em  
233 votação e aprovada pela Plenária. Passando para o **quinto ponto de pauta**,  
234 referente às atualizações sobre as ações realizadas pelas câmaras temáticas, foi  
235 facultada a palavra a cada câmara temática. Na oportunidade, a CT Monitoria e  
236 Revisão do Plano de Manejo manifestou interesse em atualizar o conselho sobre  
237 as suas atividades. Com a palavra, Eridiane disse que a chefe do NGI havia  
238 solicitado que fossem mencionadas as atividades realizadas. Conforme a  
239 servidora, na tentativa de ampliar ainda mais a participação social no processo de  
240 revisão do Plano de Manejo, pensou-se na realização de reuniões com  
241 representantes de diferentes setores que interagem com os parques. Propõe-se  
242 que as reuniões setoriais ocorram antes da oficina de planejamento e as propostas  
243 colhidas nestas reuniões componham o rol das propostas a serem discutidas na  
244 oficina de revisão do Plano de Manejo prevista para o fim do mês de maio do  
245 próximo ano. Para o planejamento das reuniões, foi organizada uma matriz de  
246 planejamento, contendo informações sobre os setores, atores de cada setor,  
247 resultados esperados, perguntas que o setor deve responder, formas de

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

248 mobilização, facilitação, envolvidos, data preliminar e estrutura de apoio. Eridiane  
249 esclareceu que a equipe de servidores envolvidos diretamente com o processo de  
250 revisão construiu um primeiro esboço da matriz e depois os integrantes da CT  
251 Monitoria e Revisão do Plano de Manejo deste Conselho analisaram o documento  
252 e ofereceram contribuições. Foram elecandos os seguintes setores: Território  
253 Quilombola (Associação São Roque, Ministério Público Federal e Movimento Negro  
254 Unificado), Moradores do Interior e Entorno dos Parques (Associação Morro  
255 Agudo), Órgãos Públicos (Consórcio Geoparque, Prefeitura de Praia Grande,  
256 Prefeitura de Jacinto Machado, Prefeitura de Cambará do Sul, Prefeitura de  
257 Mampituba, Epagri e Emater), Concessionária (Urbia Cânions Verdes), Condutores  
258 e Agências (Associação Tigre Preto, ACONTUR, APCE, Associação Serra Geral  
259 de Agências), Instituições de Pesquisa (UFRGS, UNISINOS, UFSC, IFSC, UERGS,  
260 PUC-RS, INPE, UCS, Comitê Científico Geoparque, GPDEN), ONGs (CERBMA,  
261 Instituto Curicaca, Instituto MIRA-SERRA, Ingá e Sócios da Natureza), Uso  
262 Recreacional (Associação Caminho das Araucárias, Federação Gaúcha de  
263 Montanhismo, Federação de Montanhismo e Escalada de Santa Catarina,  
264 ACASERGE, ASGEM, APKANION), Unidades de Conservação da Região  
265 (Floresta Nacional de São Francisco de Paula, Floresta Nacional de Canela, Área  
266 de Proteção Ambiental Rota do Sol, Estação Ecológica Aratinga, Parque Estadual  
267 do Tainhas e Parque Municipal da Ronda). Em seguida, Eridiane mencionou as  
268 previsões de datas para as reuniões, previstas para os meses de janeiro, fevereiro  
269 e março. Concluída a atualização sobre as atividades de CT Monitoria e Revisão  
270 do Plano de Manejo, passou-se para o **sexto ponto de pauta**, referente aos  
271 informes gerais. Como não houve informes, Oseias pactuou com os participantes  
272 os encaminhamentos da assembleia, os quais foram registrados no quadro abaixo.  
273 Seguindo para o encerramento da assembleia, Oseias agradeceu a todos pela  
274 participação e declarou a assembleia encerrada. Assim, nada mais havendo a  
275 tratar, eu, Oseias Cordeiro Sartori, lavrei a presente ata.

**68ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais  
Aparados da Serra e Serra Geral**

**ENCAMINHAMENTOS**

<b>RESOLUÇÕES</b>	
01	Discutir numa próxima assembleia a possibilidade de realização de assembleias itinerantes para aprofundar o conhecimento dos conselheiros sobre a realidade dos parques.
02	Estabelecer o prazo de 15/02/2023 para os conselheiros encaminharem as contribuições à minuta do Regimento Interno e dedicar todo o tempo da 69ª AGO, prevista para o dia 29/03/2023, para a aprovação da minuta da ata da assembleia anterior e para a apreciação da minuta do Regimento Interno.
03	Dedicar um ponto de pauta em uma assembleia próxima para a discussão do conteúdo dos relatórios do SAMGE e RAPPAM.
04	Discutir com o conselho a situação atual e as possibilidades de uso público no cânion Malacara, Índios Coroados, Borda Sul e Serra da Pedra.
05	Alterar o Plano de Ação do conselho, retirando das câmaras temáticas a necessidade de elaborar seus próprios planos de ação.

**ANEXO**

**LISTA DE PRESENÇA**

	<b>PARTICIPANTE</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
1	Oseias Cordeiro Sartori	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Suplente Presidência
2	Andrews Ernesto Mohr	Associação de Agências da Serra Geral - ASG	Conselheiro Titular
3	Nelson Brügger	Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM	Conselheiro Titular
4	Vilson Omar da Silva	Associação Remanescente de Quilombo São Roque	Conselheiro Titular
5	Ketulyñ Fuster Marques	Sec. de M. A. e Inf. do E. do Rio Grande do Sul - SEMA	Conselheiro Titular
6	Fabiano de Souza da Silva	Secretaria Mun. de Educação de Cambará do Sul	Conselheiro Titular
7	Joares Recco Furlanetto	Assoc. Tigre Preto de C. Locais e Guias de Turismo	Conselheiro Titular
8	Leandro Lima Borella	Conselho M. de Turis. de Jacinto Machado - COMTUR	Conselheiro Titular
9	Jorge Luiz Waechter	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Conselheiro Titular
11	Lisiane Becker	Instituto MIRA-SERRA	Conselheira Titular
12	Aurélio Alves de Lima	Assoc. de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande	Conselheiro Titular
13	Jaqueline Posser Gallina	Instituto Federal Catarinense – C. Santa Rosa do Sul	Conselheiro Titular
14	Paulo A. Ribeiro Nardes	Assoc. dos Emp. Tur. De Cambará do Sul - AETURCS	Conselheira Titular
15	Pablo César Lehmann Albornoz	Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS	Conselheiro Titular
16	Michel Quadros Velho	Assoc. dos C. L. de E. e T. de A. de C. S. - ACONTUR	Conselheiro Titular
17	Leandro Bazzoti	Secretaria M. de Turismo de Praia Grande	Conselheiro Suplente
18	Maria Rita dos Santos	Assoc. Remanescente de Quilombo São Roque	Conselheira Suplente
19	Larissa Rosa de Oliveira	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Conselheiro Suplente
20	Murilo dos Santos Pioner	Sec. Mun. de Agric. e Meio Amb. de Praia Grande	Conselheiro Suplente
21	Amilton Alcides Marcelino	Assoc. para o T. S. dos A. da Serra - APARADOSTUR	Conselheiro Suplente
22	Alessandra Klipel	Assoc. de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande	Convidado
23	Jeferson L. Steindorff de Arruda	Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM	Convidado
24	Dolizete		Convidado
25	Marcelo Lima		Convidado
26	Dariel		Convidado
27	Eridiane Lopes da Silva	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio	Equipe Técnica
28	Deonir Geolvane Zimmermann	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio	Equipe Técnica
29	Paulo Sérgio Campos Avelar	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Equipe Técnica
30	Ana Paula Velho Pereira	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Equipe Técnica